



Relato de experiência técnica da implementação do Projeto Bahia Produtiva no Território do Baixo Sul da Bahia

Experience Report of the implementation of the Bahia Productive Project in the Southern Bahia Territory

OLIVEIRA, Cibele¹; LIMA, Luciano²; QUARESMA, Alianildo³; SANTANA, Ioná⁴;
SOUZA, Ana Celsa⁵

SASOP, ccbolive@sasop.org.br¹; SASOP, luciano@sasop.org.br²; SASOP, alianildo@sasop.org.br³;
SASOP, iona@sasop.org.br⁴; SASOP, ana@sasop.org.br⁵

Eixo Temático: Campesinato e Soberania Alimentar

Resumo: O Projeto Bahia Produtiva (PBP) destaca-se como uma política inovadora voltada para as organizações da agricultura familiar no Estado da Bahia. No Território do Baixo Sul, o Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP) está executando o PBP desde 2017, cujo objetivo é, em três anos, fortalecer e ampliar a inclusão produtiva, a gestão e o acesso a mercados de 24 organizações da agricultura familiar a partir de um acompanhamento diferenciado de Assistência Técnica e Extensão rural (ATER). Está focado na instalação e implementação de investimentos no apoio a produção, beneficiamento e acesso a mercados. Dentre os resultados obtidos na execução do Ano 1 do Projeto Bahia Produtiva observou-se que os dirigentes das organizações estão acumulando conhecimento no âmbito da gestão dos recursos, da articulação e diálogos com gestores da política (CAR/SDR). Além disso, o projeto tem fomentado a troca de experiências e saberes entre as associações e entre os agentes comunitários rurais, contribuindo para o fortalecimento de uma rede de empreendimentos no território que possuem o mesmo foco no que tange o beneficiamento e comercialização.

Palavras-chave: Organizações da Agricultura Familiar; Assistência Técnica e Extensão Rural; Acesso ao Mercado; Políticas Públicas.

Abstract: The Bahia Productive Project (PBP) stands out as an innovative policy focused on family agriculture organizations in the State of Bahia. Since 2017 in the territory of *Baixo Sul*, the Advisory Service for Rural Popular Organizations (SASOP) has been executing the PBP. Based on differentiated monitoring and technical assistance (ATER), the objective is to strengthen and expand within three years, the productive inclusion, management and access to markets of 24 family-based agriculture organizations, focusing on the installation and implementation of investments to support production, processing and access to markets. The results obtained during the 1st year of PBP implementation, show the leaders of the organizations accumulating knowledge regarding resource management, articulation and dialogues with policy managers (CAR / SDR). In addition, the exchange of experience and knowledge between associations and rural community agents is contributing to strengthen an enterprise network in the territory in terms of processing and commercialization.

Keywords: Family Farming Organizations; Technical Assistance; Commercialization; Public Policies.

Contexto



No período de 2003 a 2016, as políticas públicas brasileiras voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar e nutricional gerou um conjunto de ações e programas objetivando o desenvolvimento rural e que foram implementadas na perspectiva da intersetorialidade e com ativa participação da sociedade civil na implementação e no controle social. Muitas mudanças aconteceram nos últimos três anos, mas ainda assim é possível afirmar que as políticas públicas no Brasil passaram por importantes avanços no que tange ao público da agricultura familiar, extrativistas, pescadores e povos e comunidades tradicionais.

As principais políticas públicas foram pautadas pelas compras públicas de alimentos da agricultura familiar a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Política de Garantia do Preço Mínimo para a Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Além de um conjunto de outros programas sociais, tais como Bolsa Família, Programa Luz pra todos, Minha Casa Minha Vida e iniciativas de apoio educacional aos jovens, empoderamento e autonomia das mulheres que vinham contribuindo tanto para uma maior permanência das famílias no rural como para a mobilidade social de comunidades rurais, caso das comunidades locais no Território do Baixo Sul na Bahia.

O Território do Baixo Sul na Mata Atlântica baiana conta com uma população de 336.624 habitantes que corresponde a cerca de 2,2% da população do Estado, dos quais, 151.614 vivem na área rural, o equivalente a 45,04% do total. Sendo que a maior parte da população é constituída pela agricultura familiar, com predomínio de pequenas propriedades (66% das propriedades rurais com menos de 10 hectares e 33% entre 10 e 100 hectares). No rural encontram-se 23.164 agricultores familiares com DAPs físicas (Declaração de Aptidão ao Pronaf), 1.412 famílias assentadas, 55 comunidades quilombolas e 1 terra indígena (SEPLAN-BA, 2016). Dados do governo federal (SEAD, 2018) mostram que o território possui 70 Daps jurídicas, sendo 58 associações, 08 cooperativas, 01 Colônia de Pescadores, 01 Sindicato, 01 União de Moradores e 01 Agência de Agricultores, as quais mobilizam juntas aproximadamente 2.824 agricultores familiares, 12% dos agricultores com DAPs. Além da exuberância da Mata Atlântica e das práticas socioeconômicas voltadas para produção de alimentos, manejo florestal e extrativismo, cabe chamar atenção também para a dimensão histórica da região. O Território do Baixo Sul foi uma das primeiras regiões brasileiras a sofrer os efeitos da colonização portuguesa no Brasil (Porto, 2016). O território é constituído, em sua grande maioria, por agricultores (as) de comunidades rurais negras formadas ao longo do tempo, seja fruto de agrupamentos quilombolas ou de negros alforriados que formaram pequenos núcleos rurais ao longo de todo o território.

No contexto da atuação do SASOP no Território do Baixo Sul da Bahia o foco tem sido nas comunidades da agricultura familiar, assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas a partir de um trabalho construído em parceria com suas



organizações coletivas, principalmente associações. Além da ativa atuação no fortalecimento das mulheres rurais na luta por direitos e na promoção da auto-organização social, política e econômica.

A intervenção do SASOP no território segue a partir de Projetos de ATER, aprovados no âmbito do governo Estadual, como o Projeto Bahia Produtiva da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) e Chamada Pública de ATER Agroecologia da Bahiater, tais ações (iniciativas ou projetos) fazem parte das políticas da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) do governo de Estado da Bahia. Na perspectiva desse breve relato, buscou-se apreender a atenção ao Projeto Bahia Produtiva, pois, mesmo com todos os desafios de uma política jovem, é inovadora quando se trata de organizações da agricultura familiar e com significativa intervenção no âmbito do território.

Descrição da Experiência

O Projeto Bahia Produtiva é uma iniciativa do governo do Estado da Bahia, executado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR, empresa pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR, a partir de acordo de empréstimo firmado entre o Estado e o Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial). Sua implementação é realizada a partir de um arranjo diferenciado, cuja teia de relações envolve investimentos nas organizações da agricultura familiar e na contratação de instituições de ATER, contando com o controle social pelo colegiado de desenvolvimento territorial, sindicatos e um conjunto de atores de representatividade no âmbito do território.

O objetivo principal do Projeto Bahia Produtiva, iniciado em 2017 é, em três anos, fortalecer e ampliar a inclusão produtiva, a gestão e o acesso a mercados de 24 organizações da agricultura familiar no Território do Baixo Sul.

Para tanto, o papel do SASOP junto às organizações é de assessoramento a formação e capacitação técnica e pedagógica, acompanhamento do processo de instalação e implementação dos investimentos junto aos empreendimentos. Os objetivos específicos do Projeto Bahia Produtiva visam promover a segurança alimentar e nutricional, melhorar a infraestrutura para ampliar a produção e a comercialização, promover a inclusão econômica e social de mulheres, jovens, povos indígenas, comunidades quilombolas, fortalecer a capacidade das associações comunitárias em gerir projetos.

As organizações acompanhadas pelo SASOP estão localizadas nos municípios de Jaguaripe, Valença, Teolândia, Ituberá, Camamu, conforme segue: Colônia Z 36 (Jaguaripe); APEMMAR, Canta Galo, Vale do Piau, Serra do Ábia, CAAF (Valença); Roquinho (Teolândia); ABPAGI Pesca e Artesanato (Ituberá); Aldeia Indígena Nova Vida e Maria Ribeira (Camamu). Todas as organizações foram habilitadas pela CAR/SDR a partir de editais específicos (Socioambiental, Mandiocultura, Fruticultura) para o cadastramento de suas manifestações de interesse (MI).



As organizações acompanhadas pelo SASOP no Ano 1 estão inseridas em 04 cadeias produtivas: mandiocultura, fruticultura, pescado e criação de pequenos animais. A equipe envolvida na primeira fase da execução do projeto no Ano 1 (2017-2019) é constituída por 03 profissionais do SASOP com apoio de 10 Agentes Comunitários Rurais (ACRs) contratados pelos convênios firmados entre CAR/Bahiater/SDR e as associações/empreendimentos acompanhados.

As atividades de ATER previstas para execução do ano 1, ano 2 e ano 3 podem ser definidas como coletivas, mais especificamente visitas coletivas, encontros comunitários, oficinas de ACRs e seminários territoriais. As visitas coletivas, ocorridas no período de 2017 a 2018 foram realizadas com no mínimo 05 beneficiários, tendo como tema as cadeias produtivas ou outras demandas específicas apontadas pelas organizações. Os encontros comunitários também foram realizados a partir de temas geradores identificados conjuntamente pela equipe do SASOP, ACRs e beneficiários, sendo que as principais abordagens foram no contexto da mobilização e organização comunitária; manejo da mandioca; prestação de contas; participação das mulheres e divisão justa do trabalho doméstico; horticultura e segurança alimentar e nutricional; manejo do cacau. As oficinas com os ACRs focaram na construção do conhecimento agroecológico; prestação de contas; atualização das ações previstas no Plano de Ação. Os dois seminários territoriais de planejamento e avaliação, foram dois momentos estratégicos, sendo o primeiro de formação introdutória e o segundo de contextualização dos desafios, avanços e de possíveis soluções para o Ano 2.

Os ACRs têm o papel de acompanhar a gestão dos empreendimentos e realizar visitas individuais de formação e capacitação dos beneficiários dos empreendimentos, um processo de extensão das visitas coletivas realizadas pela ATER, bem como dias de campo, oficinas coletivas, diagnósticos. Além de apoiar a equipe de ATER na mobilização dos beneficiários e participação das atividades coletivas. Importante destacar que os ACRs são contratados pelas organizações, cujo recurso faz parte do conjunto de investimentos contemplados pelos seus convênios junto ao governo do Estado, CAR/SDR.

Resultados

Os resultados serão discutidos e avaliados a partir de dados quantitativos das atividades previstas e executadas no Ano 1 do contrato, bem como de informações identificadas na realização das atividades ocorridas entre 2017 a 2018. Os dois Seminários Territoriais e as três Oficinas com ACRs foram realizados, conforme o previsto, ou seja, sem impedimentos. Com relação as 144 visitas técnicas previstas para o Ano 1, 12 por empreendimento, a ATER conseguiu realizar e lançar 118 (81,9 %) no Sistema de Informação de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIATER). E, dos 36 Encontros Comunitários (EC) previstos, 03 por empreendimento, foram realizados e lançados no SIATER 25 (69,44%). É importante ressaltar que o PBP tem promovido acúmulo de conhecimento pelos dirigentes das associações no âmbito da gestão de recursos, da articulação e diálogo com os gestores das políticas (CAR/SDR).



As atividades coletivas também têm proporcionado trocas de experiências e de conhecimentos entre as associações e entre os ACRs, contribuindo para o fortalecimento de uma rede de empreendimentos no território que possuem o mesmo foco. Por outro lado, os resultados também refletem alguns limites e desafios encontrados com relação às DAPs, mobilização dos beneficiários, quórum mínimo nos encontros comunitários e compreensão dos papéis dos atores envolvidos na implementação da política.

A partir das informações coletadas durante a realização do ano 1 do projeto foi possível constatar que grande parte das organizações estão aprendendo a partir da prática. Ainda que seja uma estratégia interessante, as demandas acabam, muitas vezes, centradas em dois ou três beneficiários e ocasionando a desmotivação pela sobrecarga de ações burocráticas novas e totalmente desconhecidas para os dirigentes.

Considerando a atual e delicada conjuntura política e econômica do país, mais especificamente no que tange as perdas e retrocessos nas políticas públicas voltadas à agricultura familiar no âmbito federal, importante valorizar o Projeto Bahia Produtiva e contribuir com possíveis sugestões. Nessa perspectiva, seria estratégico um maior apoio da CAR/SDR por ações mais propositivas no âmbito do fortalecimento organizativo e da gestão das associações.

Outra contribuição seria a criação de uma instância de concertação, constituída por representações de instituições de ATER, dos empreendimentos, do Fórum Baiano da Agricultura Familiar (FBAF) e da Articulação de Agroecologia na Bahia (AABA) sob a coordenação da CAR/SDR, gestores da política. Uma instância consultiva para discutir o funcionamento e ajustamento da política nos moldes do comitê gestor e comitê executivo das políticas do PAA e PNAE, ou seja, um espaço institucional de diálogo entre sociedade e governo. Tal iniciativa pode contribuir na reflexão sobre a importância da intersectorialidade das políticas públicas voltadas para agricultura familiar estadual e/ou federal no PBP.

Contudo, uma iniciativa direcionada as organizações da agricultura familiar, associação e cooperativas, é uma conquista e um incentivo para impulsionar sua inserção em diferentes arranjos de comercialização, sendo também uma grande contribuição para promoção da segurança alimentar e nutricional e do desenvolvimento rural local, territorial e estadual

O Projeto Bahia Produtiva faz parte de uma política pública inovadora e de grande importância para o Território do Baixo Sul e para o Estado da Bahia. O SASOP tem envidado esforços no sentido de buscar soluções em constante parceria com a rede de atores envolvidos, como os ACRs, dirigentes dos empreendimentos, colegiado de desenvolvimento territorial, parceiros dos territórios e CAR/SETAF.

Referências bibliográficas

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.

XI CBA
Congresso
Brasileiro de
Agroecologia
Ecologia de Saberes:
Ciência, Cultura e Arte na
Democratização dos
Sistemas Agroalimentares



PORTO, J. R. S. **Poder e Território no Baixo Sul da Bahia:** os discursos e os arranjos políticos de desenvolvimento. Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2016.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL. **Plano de Desenvolvimento Territorial do Baixo Sul da Bahia**, Salvador-BA, 2010. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial> Acesso em: 10 mai. 2018.

SECRETARIA ESPECIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Dados nacionais da DAP jurídica disponibilizados pela coordenação de monitoramento em novembro de 2018.